



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

17/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Tarcísio diz esperar que Sabesp esteja privatizada até o fim de 2024

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que considera viável vender a Sabesp até o final de 2024. E o modelo, a seu ver, deve ser parecido com o da Eletrobras, mais pulverizado, em detrimento do usado pelo governo do Rio de Janeiro para privatizar a Cedae.

Tarcísio participa nesta semana do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça).

Segundo o governador, os estudos para a privatização serão iniciados já, e o dinheiro arrecadado deve ser mantido no próprio setor para investimentos e ampliação da cobertura. "Saneamento básico é a bola da vez, os países, os fundos, têm muito interesse em investir no Brasil."

Ele minimizou eventuais mudanças no marco legal do saneamento durante o governo Lula. "Ainda temos um desafio enorme da universalização da prestação do serviço, com mercado consumidor e com receita garantida por lei", afirmou, justificando a continuidade do arcabouço que permitiu destravar concessões no setor.

Tarcísio também disse estudar a criação de um título financeiro –um "green bond"– emitido pelo estado e cuja arrecadação seria usada na recuperação e proteção ambiental. O tema foi aventado em reunião com o presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o brasileiro Ilan Goldfajn, que também se encontrou com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de janeiro.

Sobe para 7 o número de suspeitas de vandalismo em linhas de transmissão de energia

Chegou a sete o número de ocorrências suspeitas de vandalismo em torres de transmissão de energia no país. A última foi verificada neste sábado (14) em linha que transporta a energia das hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, para a região Sudeste.

As suspeitas de vandalismo em torres de transmissão começaram após o ataque de bolsonaristas ao Congresso, ao Palácio do Planalto e ao STF (Supremo Tribunal Federal), no último dia 8.

"Nos causa indignação que estes criminosos destruam o patrimônio de todas as brasileiras e brasileiros", disse, em nota divulgada após o encontro, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Os ministérios analisam ainda a ação integrada de agentes de segurança estaduais e federais para ampliar o patrulhamento em áreas estratégicas e reforçar o monitoramento das linhas de transmissão, com o uso de novas tecnologias como câmeras e drones.

Quatro ocorrências foram constatadas pelas concessionárias de transmissão entre quinta (12) e sábado: duas em São Paulo, em linhas da Taesa e da ISA Cteep; uma no Paraná, em linha de Furnas; e a última, em uma das linhas do Madeira, operada pela Eletronorte.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de janeiro.

Carlos Lupi recebe propostas da Anapar para a previdência complementar

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, recebeu hoje, 16/01, Marcel Barros e Antonio Bráulio de Carvalho, presidente e diretor de Administração e Finanças da Anapar, respectivamente, para discutir as prioridades do sistema fechado de previdência complementar.

No encontro, os dirigentes da Anapar apresentaram a Lupi dez medidas que a entidade considera prioritárias, extraídas da Agenda Positiva para a Previdência Complementar Fechada, aprovada no XXIII Congresso Nacional da Anapar, em maio do ano passado, entre elas a necessidade premente de instalação de um grupo de trabalho para revisão do marco regulatório do setor, incluindo resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), além das leis complementares 108 e 109/01.

Outras medidas que constam na proposta são: suspensão do protocolo dos processos de licenciamento em curso na Previc; suspensão temporária das contribuições extraordinárias impostas aos participantes e assistidos nos planos de equacionamento dos planos de benefícios administrados pelas EFPC; entre outras.

Saiba mais em: www.anapar.com.br, segunda-feira 16 de janeiro.

CPI do assédio eleitoral apoiada por Pacheco não deve sair do papel

Anunciada com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as denúncias de assédio eleitoral que explodiram no segundo turno do pleito não deve sair do papel.

Embora Pacheco tenha chegado a acertar a instalação da comissão com líderes partidários, senadores afirmam nos bastidores que a ideia era dar uma resposta a empresários e prefeitos suspeitos da prática ilegal, e tentar frear as investidas contra os trabalhadores.

O MPT (Ministério Público do Trabalho) recebeu 3.200 denúncias contra 2.305 empresas e gestores públicos nas eleições do ano passado —a maioria entre o primeiro e o segundo turno.

Até a sexta-feira (13), o MPT havia assinado 286 acordos por meio de TACs (termo de ajuste de conduta). Outros 74 casos sem acordo foram parar na Justiça em ações civis públicas. O número ainda pode subir, segundo o órgão, porque as apurações estão em andamento.

No âmbito parlamentar, a investigação foi proposta pelo atual ministro de Minas e Energia, o ex-senador Alexandre Silveira (PSD-MG), e recebeu o apoio de 28 parlamentares —apenas um a mais que o mínimo necessário.

Sem mandato na próxima legislatura, a partir de 1º de fevereiro, Silveira e os demais senadores que deixarem a Casa terão suas assinaturas descartadas. O regimento interno prevê também que a proposta deve ser abandonada, caso essa seja a situação do autor do pedido.

A reportagem pediu uma posição ao ministro de Minas e Energia sobre a CPI do assédio eleitoral, mas não houve resposta. O gabinete de Silveira também não informou se todas as assinaturas obtidas por ele em outubro do ano passado foram mantidas.

Outro parlamentar até poderia pedir autorização para o presidente da Casa para assumir a autoria da CPI, mas líderes avaliam que não há disposição para isso, e que o foco do Senado será investigar quem financiou e estimulou os atos golpistas de 8 de janeiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de janeiro.

Márcio França garante túnel entre Santos e Guarujá

A construção do túnel Santos-Guarujá é prioridade para o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Em visita a Santos nesta segunda-feira (16), onde participou da inauguração de uma passarela de pedestres para a travessia Santos-Vicente de Carvalho, ele declarou que a proposta de ligação submersa entre as duas cidades já tem projeto pronto, solução rápida e será custeada com recursos federais.

“Fazer o túnel não é tão complicado como todo mundo coloca. Tinham (o extinto Ministério da Infraestrutura) vinculado a possibilidade de fazer o túnel só se vendesse o Porto de Santos. Isso não é verdade. Não é uma coisa tão absurda em termos de preço para um País como o nosso, que é o 10º maior. Nós vamos dar solução, ela será rápida e as pessoas vão se surpreender”, declarou o ministro.

França disse também que resgatará os projetos básico e executivo da ligação seca que foram elaborados na década passada, na gestão do então governador Geraldo Alckmin, quando ele era vice-governador. “A solução do túnel tem projeto pronto. Deixamos (França e Alckmin) pronto o projeto básico e o executivo na Dersa (empresa extinta em 2019). Nós vamos usar aquela mesma modelagem e fazer o túnel com recursos próprios”, afirmou.

Em seu primeiro compromisso público como ministro na Baixada Santista, França disse que terá agenda constante na região e “gabinete de portas abertas” às autoridades públicas e às lideranças empresariais e sindicais. “Ao invés de as pessoas terem que ir até Brasília para falar com o ministro, elas me terão por aqui, por conta da minha residência. Vamos ter portas abertas e todos terão acesso a conversar, inclusive quem tem ideia divergente da nossa”.

Também ontem, o ministro voltou a defender a não privatização da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos e cuja concessão à iniciativa privada foi tema de uma reunião, na semana passada, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos). “Se depender da minha opinião, não será privatizado. O processo sequer foi aprovado no Tribunal de Contas da União (TCU)”.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 17 de janeiro.